



## **A Produção acadêmica sobre Consórcio Intermunicipal de Saúde realizada no Brasil de 1990 a 2017: Uma Análise Bibliométrica**

*Jorge Luiz dos Santos Silva<sup>1</sup>, Clovis Luis Padoveze<sup>2</sup>, José Erasmo Silva<sup>3</sup>*

**Resumo:** O objetivo deste artigo é analisar teses e dissertações que tratam sobre Consórcio Intermunicipal de Saúde, publicadas nos programas de pós-graduação no Brasil, no período de 1990 a 2017, tendo como base a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Assim, foi realizado um estudo bibliométrico baseado na Lei de Bradford, apoiado metodologicamente em uma pesquisa descritiva com abordagem quantitativa. Levantou-se as publicações por programa de pós-graduação e instituição de ensino superior por Estado e região do Brasil, bem como o gênero dos autores e as principais metodologias e técnicas de pesquisas utilizadas nos trabalhos. Dentre os resultados encontrados foram 8 teses e 20 dissertações defendidas em programas de pós-graduação reconhecidos pela CAPES. Com o estudo pode-se verificar que há carência de aprofundamento nos estudos, portanto um campo de pesquisa a ser explorado. E, nesta perspectiva contribuindo para a evolução do conhecimento científico.

**Palavras-Chave:** Consórcio de Saúde, Saúde Pública, Produção Acadêmica.

## **The Academic production on Intermunicipal Consortium of Health carried out in Brazil from 1990 to 2017: A Bibliometric Analysis**

**Abstract:** The aim of this article is to analyze theses and dissertations dealing with the Intermunicipal Health Consortium, published in postgraduate programs in Brazil, from 1990 to 2017, based on the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD). , a bibliometric study based on the Bradford law, was supported methodologically in a descriptive research with quantitative approach. The publications were published by postgraduate program and higher education institution by state and region of Brazil, as well as the gender of the authors and the main methodologies and research techniques used in the works. Among the results found were 8 theses and 20 dissertations defended in recognized postgraduate programs CAPES. Com the study can verify that there is a lack of deepening in the studies, therefore a field of research to be explored. And, in this perspective contributing to the evolution of scientific knowledge.

**Keywords:** Health Consortium, Public Health, Academic Production.

<sup>1</sup> Doutorando em Administração na Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), Brasil. Mestre em Educação, Mestre em Administração, Bacharel em Ciências Contábeis. Professor na Universidade Vale do Rio Verde (UNINCOR), Cursos de Administração e Ciências Contábeis. Contato: jluztc@gmail.com;

<sup>2</sup> Doutorado em Contabilidade e Controladoria pela FEA-USP, Mestre em Ciências Contábeis pela PUC-SP, Professor Titular no Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP). Contato: cpadoveze@yahoo.com.br;

<sup>3</sup> Doutorando em Administração na Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), Brasil. Mestre em Administração, Bacharel em Administração. Professor na Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), Cursos de Administração. Contato: jose.erasmo@natelcontact.com.br

## Introdução

Conforme estabelecido na Constituição Federal de 1988, a saúde é um direito fundamental e inalienável garantido a todo e qualquer cidadão, entretanto, o que se vê é a dificuldade de acesso aos serviços de saúde e a fragilidade dos mecanismos de atendimento disponibilizados à população. São vários os fatores que dificultam o exercício desse direito, dentre eles a escassez ou o uso inadequado de recursos, bem como as particularidades de cada região do Brasil.

Contudo, a Lei 8.080/90, Lei Orgânica da Saúde, estabeleceu uma série de atribuições comuns às três esferas de governo, bem como as atribuições e competências de cada esfera no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) (BRASIL, 1988, 1990). Com isso, o pacto federativo fixou que as três esferas do Estado são responsáveis pela prestação do serviço público, por meio da implementação das políticas setoriais (FREITAS e OLIVEIRA, 2015)

Neste cenário, a Lei 8.142/90, estabeleceu a descentralização da gestão e das políticas da saúde no país, que deverá ser feita de forma integrada entre a União, os Estados e Municípios (BRASIL, 1990a). Dessa forma, cada esfera de governo tem responsabilidade própria e a atuação das mesmas deverá ser de realizada de forma harmônica para o alcance de maior eficiência e eficácia no uso dos recursos públicos (FREITAS, 2014).

Porém, constata-se que a legislação definiu uma modelagem de descentralização que colocou os municípios no centro das responsabilidades pela execução dos serviços de saúde pública (NEVES, 2001). Isso acarretou nova realidade para muitos municípios pequenos, como inexistência de recursos humanos e financeiros, dificuldade de acesso ao uso de tecnologias, falta de estrutura física adequada, limitada capacidade técnica e problemas administrativos, dentre outros (AMARAL e BLATT, 2011; FREITAS e OLIVEIRA, 2015).

Por conta desses problemas municipais, aliados às deficiências peculiares ao interior do país, tem aumentado a busca de parcerias para o processo de gestão e organização dos sistemas de saúde desses municípios (LIMA, 2000). Que na visão de Freitas e Oliveira (2015) tem ocorrido por meio das associações entre os mesmos, através de consórcios intermunicipais de saúde, visando sanar déficits do processo de regionalização na atenção à média complexidade, na oferta de consultas médicas de especialidades, em diagnose e terapia (AMARAL e BLATT, 2011).

Ao proceder a um levantamento preliminar não foram encontrados estudos referentes à produção científica sobre o consórcio intermunicipal de saúde, daí a relevância de um mapeamento sistemático da produção sobre o tema, buscando identificar os autores mais produtivos, a evolução histórica do número de publicações e as principais abordagens que tratam do tema, bem como as instituições de ensino superior que mais publicaram teses e dissertações sobre a temática. Assim, foi apresentada como pergunta de pesquisa: quais as características da produção científica sobre o Consórcio Intermunicipal de Saúde realizada no Brasil nos últimos 30 anos?

Partindo da pergunta da pesquisa formulou-se o objetivo do trabalho que é identificar e descrever as características da produção científica das teses e dissertações que tratam do tema Consórcio Intermunicipal de Saúde, em programas *Stricto sensu* no Brasil, no período de 1990 a 2017, tendo como base os documentos registrados na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), concebida e mantida pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e para tal, foi realizado um Estudo Bibliométrico.

## **O Consórcio Intermunicipal de Saúde**

Os consórcios são definidos por Santos (2000, p. 2) como:

Acordos, despersonalizados, firmados entre entidades públicas da mesma espécie ou do mesmo nível para a consecução de objetivos de interesse comum: - Município com Município, Estado com Estado, autarquia com autarquia etc., se unem para o desenvolvimento de atividades comuns ou para a implementação de programa de interesse de todos os consorciados.

As Constituições Federais de 1891, 1937, 1946, 1967, já haviam previsto os consórcios, mas somente na Constituição de 1988 é que a ideia do consorciamento ganhou força e mais objetividade, porém, foi a partir da Emenda Constitucional nº 19 de 1998 que se normatizou a forma de consolidação da gestão consorciada desse serviço público. No entanto, somente com a Lei nº 11.107/05, regulamentada através do Decreto nº 6.017/07, foi que se criou um marco regulatório sobre os consórcios públicos no Brasil (BRASIL, 2005, 2007; BATISTA et. al, 2011a; PRATES, 2015).

Para Rocha e Faria (2004, p. 87):

A constituição dos consórcios intermunicipais se dá nos mais diferentes âmbitos e para o exercício de funções diferenciadas, como, por exemplo: recuperação e proteção ambiental; provimento de serviços públicos, como tratamento e destinação do lixo, cultura, lazer, educação e merenda escolar; realização de obras públicas; agricultura; “atividades-meio”, como capacitação profissional e informática; e desenvolvimento sustentável.

Segundo Rocha e Faria (2004, p. 87) “Um Consórcio Intermunicipal de Saúde é a união ou associação de dois ou mais municípios visando à resolução de problemas do setor e a busca de objetivos comuns mediante a utilização conjunta dos recursos humanos e materiais disponíveis”.

Os consórcios intermunicipais de saúde, “em sua grande maioria buscam superar as deficiências na assistência à saúde, notadamente na área de consultas médicas de especialidades, exames de média e alta complexidade e terapias diversas” (NEVES e RIBEIRO, 2006, p. 2208). São previstos nas Leis Orgânicas da Saúde nº 8.080/90 e nº 8.142/90.

Segundo Lima (2000) o estado de São Paulo foi pioneiro na implantação de consórcios intermunicipais em saúde. Neste estado, os primeiros consórcios surgiram na cidade de Divinolândia (Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional de São João da Boa Vista – CODERG), em 1985 e em Penápolis (Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região de Penápolis – CISA), em 1986. A formação dos Consórcios Intermunicipais de Saúde (CIS) teve impulso a partir de 1993, quando só o estado de Minas Gerais em nove meses do ano de 1995 chegou a formar 28 consórcios (LIMA, 2000; NEVES e RIBEIRO, 2006).

Atualmente a lei dos consórcios públicos estipula a existência de três modalidades distintas de consórcios, sendo: administrativos, públicos de direito privado e os públicos de direito público (BATISTA et. al., 2011; PRATES, 2015; CAVALCANTE, 2015).

Em qualquer uma das três modalidades de consórcio, os gastos com os serviços prestados, aquisição de equipamentos e outros mais, são rateados entre os municípios que o compõem, através do Contrato de Rateio, que se configura “num instrumento jurídico formal que define as responsabilidades econômico-financeiras por parte de cada consorciado e a forma de repasse de recursos de cada participante para a realização das despesas do consórcio público” (GALINDO et. al., 2014, p. 1559).

Os consórcios intermunicipais se constituem na ideia de “juntar” forças para a realização de objetivos que cada ente pertencente ao consórcio isoladamente teria dificuldades para realizar (PRATES, 2015). Desse modo, os municípios envolvidos acabam por estruturar

sua rede segundo sua capacidade, diminuindo a ociosidade e otimizando seus serviços, criando fluxos regulares de referência capazes de orientar a demanda e o mais racional dos recursos disponíveis, com captação da clientela a partir de unidades primárias (NEVES, 2001).

Portanto, os consórcios de saúde surgem como uma alternativa real e atual de arranjo institucional entre os municípios para oferecer serviços de saúde mais especializados quando essa esfera de governo isoladamente não apresenta condições de atender suas próprias demandas (NEVES, 2001; ROCHA, 2004; NEVES e RIBEIRO, 2006).

Sendo assim, busca-se com o consórcio “uma tentativa de se criar escalas físicas e financeiras a fim de realizar investimentos a um custo muito menor para cada município participante” (PRATES, 2015, p. 4). Já que a atuação conjunta dos municípios “possibilita a diminuição dos custos fixos, na medida em que fica facilitada a otimização da relação entre estrutura de oferta e demanda” (ROCHA, 2014, p. 8). Várias evidências sugerem que o consorciamento em saúde propiciou o aumento de eficiência e da qualidade dos serviços ofertados e também alcançou diversos resultados positivos (TEIXEIRA e MENEGUIN, 2012).

## **Método**

O trabalho classifica-se como uma pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa e caracteriza-se como sendo um estudo bibliométrico, pois faz uso de técnicas bibliométricas para identificar e descrever as características da produção científica sobre o consórcio intermunicipal de saúde, depositadas na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) no período de 1990 a 2017.

Segundo Rudio (1986, p. 69) na pesquisa descritiva “o pesquisador procura conhecer e interpretar a realidade, sem nela interferir para modificá-la.” Ela está “interessada em descobrir e observar fenômenos procurando descrevê-los, classificá-los e interpretá-los.” Para Gil (2002) as pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis, sendo assim, o objetivo ao realizar este trabalho foi identificar e descrever as características das publicações sobre o consórcio intermunicipal de saúde no Brasil.

A presente pesquisa tem uma abordagem quantitativa, pois está centrada na objetividade e é influenciada pelo positivismo, pois considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, padronizados e neutros (FONSECA, 2002). Essa visão é corroborada por Polit et al., (2004) que enfatizam a objetividade na coleta e análise dos dados numéricos, os quais são analisados através de procedimentos estatísticos.

O estudo bibliométrico por meio da análise de bases de dados faz o mapeamento das produções científicas, o que proporciona levantar quais são as tendências de pesquisas e publicações científicas, os temas que são mais estudados, os autores e instituições que abordam determinado assunto (FERENHOF et al., 2014 apud PEIXE, FILHO e PASSOS, 2016).

Para tanto, o estudo bibliométrico usa um conjunto de metodologias de pesquisa oriundas do campo das Ciências da Informação, através da análise quantitativa de dados, mediante métodos estatísticos. Ele tem se popularizado entre os acadêmicos em função da grande quantidade de material bibliográfico que é produzido e disponibilizado atualmente (RIBEIRO, 2015; QUEVEDO-SILVA et al., 2016).

Na presente pesquisa o estudo bibliométrico foi baseado na Lei de Bradford ou Lei de Dispersão. Segundo Pizzani (2008, p. 209) essa lei “permite, mediante a medição da produtividade das revistas, estabelecer o núcleo de dispersão sobre um determinado assunto em um mesmo conjunto de revistas”.

Para Araujo (2006) a Lei de Bradford tem por objetivo descobrir a distribuição de artigos nos periódicos, sendo desta forma possível determinar o periódico mais relevante sobre um determinado tema.

Segundo Moretti e Campanário (2009) o objeto da bibliometria é a análise da produção científica através de um conjunto de métodos quantitativos usados para investigar a produção escrita com o propósito de mapear os principais periódicos, autores e instituições que mais têm mais publicações sobre determinado tema, identificando as principais características, metodologias e abordagens predominantes.

Sendo assim, neste estudo buscou-se pesquisar a produção científica indexada na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), visando levantar os autores, ano de publicação e instituições de ensino superior, bem como os seus respectivos programas de pós-graduação *Stricto Sensu* que abordaram o tema consórcio intermunicipal de saúde.

## **Delimitação do escopo de análise**

Como critério de seleção optou-se por pesquisar a base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) concebida e mantida pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). A escolha da (BDTD) se deu em função de suas características de acesso aberto (disponibilidade de informação *online*), bem como pela qualidade das produções acadêmicas que estão disponibilizadas nessa base.

## **Seleção e coleta das teses e dissertações**

O critério adotado para o levantamento e coleta das publicações depositadas na BDTD se deu através da estratégia de busca avançada por teses e dissertações, com recorte temporal de 1990 a 2017, usando os termos de busca: "(Todos os campos: CONSÓRCIO; e Todos os campos: INTERMUNICIPAL; e Todos os campos: SAÚDE)", ordenada por relevância e sem limitar o idioma.

O levantamento e coleta das teses e dissertações ocorreram no mês de agosto de 2017. Na fase inicial da seleção não foram encontrados trabalhos publicados no período de 1990 a 1992. Foram encontradas onze teses e trinta e cinco dissertações publicadas a partir de 1993. Numa segunda fase, após um refinamento na amostra, através da leitura do resumo das quarenta e seis teses e dissertações, foram excluídas três teses e quinze dissertações por tratarem de assuntos fora do escopo do Consórcio Intermunicipal de Saúde.

O corpus da pesquisa foi composto por oito teses e vinte dissertações, totalizando 28 produções que tratam sobre a temática “Consórcio Intermunicipal de Saúde”. Os dados coletados foram tratados e analisados com o auxílio do Software Microsoft Excel e apresentados em gráficos, quadros e tabelas.

## **Análise e Discussão dos Resultados**

A análise das 28 teses e dissertações selecionadas, visou a investigação do perfil da produção científica relativa a temática “Consórcio Intermunicipal de Saúde” e envolveu os

seguintes tópicos: número de teses e dissertações publicadas por programa de pós-graduação; número de teses e dissertações por instituição de ensino superior (IES); números de teses e dissertações publicadas por ano; avaliação dos programas de pós-graduação pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); gênero dos autores; vinculação das publicações às instituições de ensino superior (IES) por região e estado; principais metodologias e técnicas de pesquisas utilizadas nas teses e dissertações investigadas.

### **Número de teses e dissertações publicadas por programa de pós-graduação**

O resultado do levantamento e coleta das 28 produções (8 teses e 20 dissertações) sobre Consórcio Intermunicipal de Saúde, depositadas na BDTD, com a instituição de origem, o programa de pós-graduação, o autor e o ano de defesa estão relacionados nos quadros 1 (Teses) e 2 (Dissertações).

**Quadro 1:** Teses publicadas por IES e programa de Pós- graduação, de 1990 a 2017.

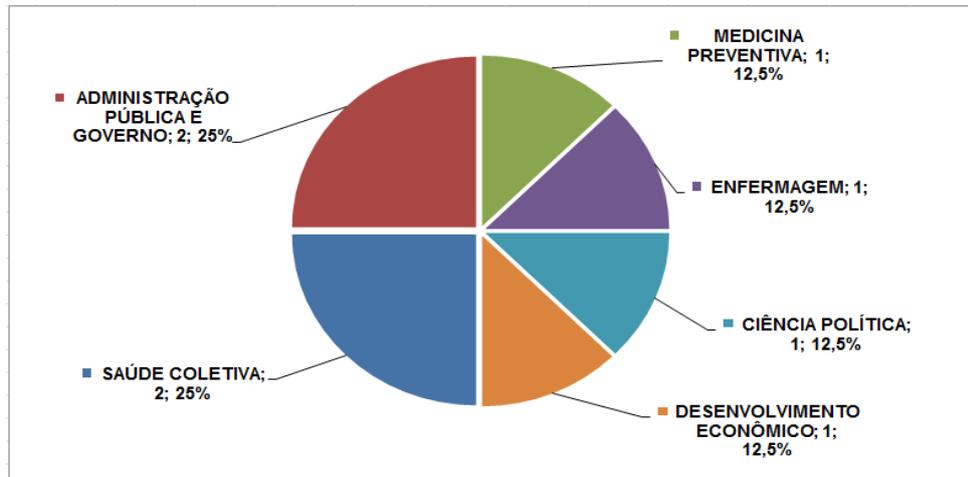
<b>IES</b>	<b>PROGRAMA</b>	<b>AUTOR</b>	<b>ANO DEFESA</b>
UERJ	Saúde Coletiva	Anamaria Carvalho Schneider	2005
USP	Ciência Política	Eduardo de Lima Caldas	2007
FGV	Administração Pública e Governo	Patrícia Laczynski de Souza	2012
UFRGS	Enfermagem	Adriana Roesse Ramos	2012
UNICAMP	Desenvolvimento Econômico	Angelo Marcos Queiroz Prates	2012
USP	Medicina Preventiva	Nereide Lúcia Martinelli	2014
UEL	Saúde Coletiva	Sônia Cristina Stefano Nicoletto	2015
FGV	Administração Pública e Governo	Carlos Henrique Marroni	2017

**Fonte:** Elaborado pelos autores (2017)

Analisando o Quadro 1, verifica-se que as teses defendidas são de diversos programas de pós-graduação e áreas do conhecimento nas quais se distribuem as avaliações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Tal achado contribui para mostrar que, apesar do assunto consórcio intermunicipal de saúde estar ligado à área da Saúde, ele também foi abordado por outras áreas do conhecimento. O Gráfico 1 demonstra tal resultado.

**Gráfico 1:** Teses publicadas por programa de pós-graduação



Fonte: Elaborado pelos autores (2017)

Analisando-se o Gráfico 1, verifica-se que o programa de pós-graduação que mais publicou teses foi o da Saúde Coletiva com 2 trabalhos, representando (25%) das publicações. As outras seis áreas, cada uma publicou uma tese, o que individualmente representa (12,5%).

Ainda, analisando o Quadro 1, pode-se observar que a primeira tese foi defendida no ano de 2005, por Anamaria Carvalho Schneider, no programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

O resultado do levantamento e coleta das 20 dissertações depositadas na BDTD são demonstrados no Quadro 2.

**Quadro 2:** Dissertações por IES e programa de Pós- graduação, de 1990 a 2017.

IES	PROGRAMA	AUTOR	ANO DEFESA
FGV	Administração Pública e Governo	Maria do Carmo Meirelles Toledo Cruz	1993
FIOCRUZ	Saúde Pública	Luiz Antonio da Silva Neves	2001
UEL	Saúde Coletiva	Sônia Cristina Stefano Nicoletto	2002
UNIFESP	Medicina	T-Ping Cheng	2003
USP	Economia	Antonio Alves Rodrigues	2003
UFV	Ciências da Nutrição	Luciana Pereira da Rocha Thomsen	2005
UNICAMP	Ciências Médicas	Maria Cecília Machado	2009
FJP	Administração Pública	Jamir Calili Ribeiro	2009
UNISINOS	Ciências Sociais	José Ricarte de Lima	2010
FURB	Desenvolvimento Regional	Fábio Alexandre Loes	2011
UMESP	Administração	Erick Dawson de Oliveira	2011
UFSC	Saúde Coletiva	Fábio Luiz Quandt	2012
UFSC	Saúde Coletiva	Lucas Mello Pioner	2012
UERJ	Serviço Social	Anastácia Mariana da Costa Melo	2013

UFPE	Serviço Social	Evandro Alves Barbosa Filho	2013
UFV	Administração Pública	Bruna Rodrigues de Freitas	2014
UNISINOS	Ciências Contábeis	Hermes Cardoso Reis	2015
UEL	Saúde Coletiva	Camila Ribeiro Silva	2016
UEL	Saúde Coletiva	Gisele Antoniaconi	2016
UFV	Administração Pública	Marisa de Freitas da Silva Gomes	2017

Fonte: Elaborado pelos autores (2017)

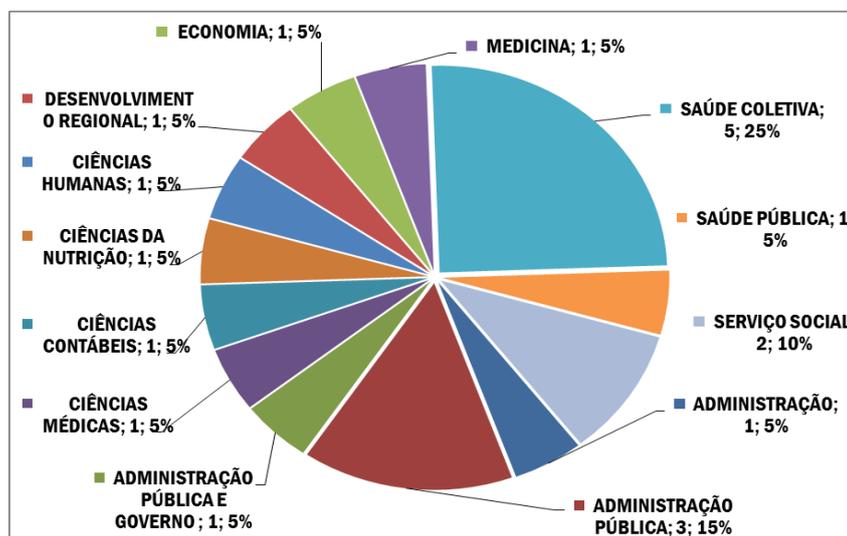
Analisando o Quadro 2, verifica-se que as dissertações defendidas, assim como as teses, também são de diversos programas de pós-graduação e áreas do conhecimento de avaliação da CAPES.

Conforme demonstrado no Quadro 2, pode-se verificar que a primeira dissertação foi defendida no ano de 1993, por Maria do Carmo Meirelles Toledo Cruz, no programa de Pós-Graduação em Administração Pública e Governo da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Analisando-se os Quadros 1 e 2 em conjunto, verifica-se que Sônia Cristina Stefano Nicoletto foi a única que trabalhou a temática do consórcio intermunicipal de saúde em duas publicações, em 2002 na dissertação e em 2015 na tese, ambas no programa de pós-graduação em Saúde Coletiva da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Pode-se verificar no Quadro 2 que as dissertações também foram abordadas em diversos programas de pós-graduação, conforme apresentado no Gráfico 2.

**Gráfico 2:** Dissertações publicadas por programas de Pós- Graduação



Fonte: Elaborado pelos autores (2017)

De acordo com os dados demonstrados no Gráfico 2, verifica-se que das 20 dissertações depositadas na BDTD, a maior quantidade (5) que corresponde a (25%) do total,

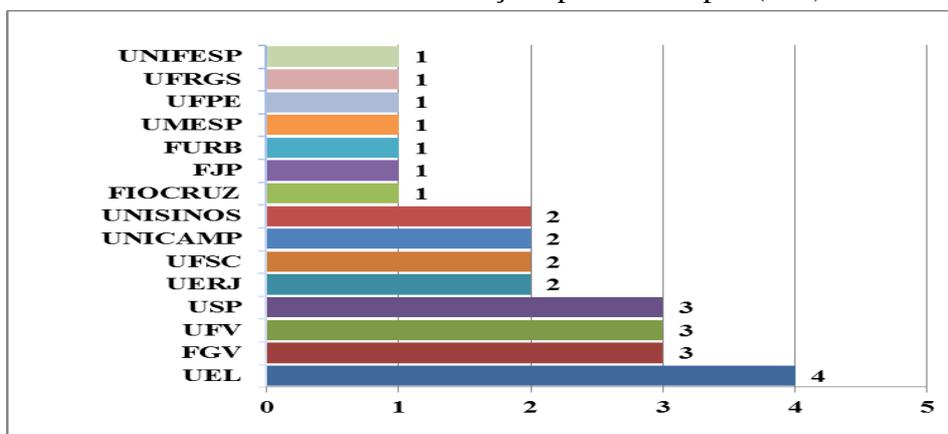
foram publicadas nos programas de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. Na sequência tem-se (3) publicações na área da Administração Pública, representando (15%) do total, e na terceira posição observou-se o programa de Pós-Graduação da área do Serviço Social com (2) publicações, representando (10%) do total.

Analisando o Gráfico 2, pode-se constatar que nos outros programas de Pós-Graduação (Administração Pública e Governo, Saúde Pública, Ciências Contábeis, Medicina, Economia, Ciências da Nutrição, Ciências Médicas, Ciências Humanas, Desenvolvimento Regional e Administração) houve apenas uma (1) dissertação publicada, o que individualmente representa (5,0%) do total.

### Número de teses e dissertações publicadas por Instituição de Ensino Superior

Quando se analisou, em conjunto, as teses e dissertações publicadas pelas instituições de ensino superior (IES), obteve-se o resultado apresentado no Gráfico 3.

**Gráfico 3:** Teses e dissertações publicadas por (IES)



Fonte: Elaborado pelos autores (2017)

Considerando apenas as quatro (4) primeiras instituições de ensino superior: Universidade Estadual de Londrina (UEL), Fundação Getúlio Vargas (FGV), Universidade Federal de Viçosa (UFV) e a Universidade de São Paulo (USP), apresentadas no Gráfico 3, verifica-se que estas publicaram 13 teses e dissertações, representando (46,4%) das vinte e oito publicações analisadas. Tais resultados indicam que das 15 IES que estão relacionadas no Gráfico 3, apenas 4 IES publicaram (46,4%) de todos os trabalhos, o que pode apontar a

existência de grupos de pesquisadores em consolidação dentro dos espaços de pesquisas nestas IES.

De acordo com a Gráfico 3, existe um segundo grupo composto por 4 IES: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade de Campinas (UNICAMP) e a Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS), que publicou 2 trabalhos cada uma, o que faz com que o grupo tenha uma participação de (28,6%) em todas as vinte e oito teses e dissertações publicadas.

Ainda considerando o Gráfico 3, pode-se identificar um terceiro grupo composto por 7 IES: Fundação Osvaldo Cruz (FIOCRUZ), Fundação João Pinheiro (FJP), Universidade Regional de Blumenau (FURB), Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), que publicou apenas (1) trabalho cada uma, fazendo com que esse grupo tenha uma participação de 25% de todas as publicações com a temática sobre o consórcio intermunicipal de saúde.

### Números de teses e dissertações publicadas por ano

Ao se levantar a quantidade de teses e dissertações, publicadas por ano, sobre os consórcios intermunicipais de saúde depositadas na BDTD, encontrou-se os dados consolidados na Tabela 1.

**Tabela 1:** Teses e dissertações publicadas por ano

ANO	TESES	DISSERTAÇÕES	TOTAL	%
1993		1	1	3,57
2001		1	1	3,57
2002		1	1	3,57
2003		2	2	7,14
2005	1	1	2	7,14
2007	1		1	3,57
2009		2	2	7,14
2010		1	1	3,57
2011		2	2	7,14
2012	3	2	5	17,86
2013		2	2	7,14
2014	1	1	2	7,14
2015	1	1	2	7,14
2016		2	2	7,14
2017	1	1	2	7,14
<b>TOTAL</b>	<b>8</b>	<b>20</b>	<b>28</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborado pelos autores (2017)

Quando se observa a Tabela 1, verifica-se que o ano de 2012 foi o que teve a maior quantidade de publicações (5), representando 17,86 % do total produzido no período em análise.

No período de 18 anos, de 1993 a 2011, houve uma variação na quantidade produzida anualmente, oscilando uma ou duas publicações, fazendo com que as 13 teses e dissertações produzidas nesse período representassem 46,4% do total.

Por fim, analisando o período de 2012 a agosto de 2017, ou seja, pouco mais de cinco anos e meio, foram publicados 15 trabalhos, representando 53,6% de toda a produção realizada no período 1993 a agosto de 2017.

### **Avaliação dos programas de pós-graduação pela CAPES**

Os programas de pós-graduação *Stricto sensu* em que foram publicadas as vinte e oito teses e dissertações, foram avaliados no quadriênio (2013-2016) pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), conforme a Tabela 2.

**Tabela 2:** Avaliação dos programas de pós-graduação pela CAPES

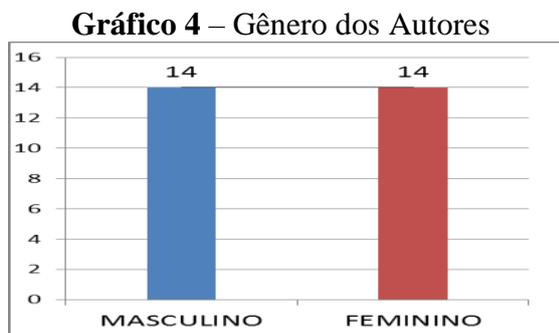
<b>Conceito da CAPES</b>	<b>IES / PROGRAMA</b>	<b>Quant</b>	<b>%</b>
7	USP - Ciência Política USP - Medicina Preventiva USP – Economia	3	14,28
6	FGV - Administração Pública e Governo FIOCRUZ - Saúde Pública UERJ - Saúde Coletiva UERJ - Serviço Social UFPE - Serviço Social	5	23,81
5	FJP - Administração Pública FURB - Desenvolvimento Regional UFRGS – Enfermagem UFSC - Saúde Coletiva UFV - Ciências da Nutrição UNICAMP - Ciências Médicas UNISINOS - Ciências Humanas UNISINOS - Ciências Contábeis	8	38,10
4	UEL - Saúde Coletiva UFV - Administração Pública UNICAMP - Desenvolvimento Econômico UNIFESP – Medicina	4	19,05
3	UMESP – Administração	1	4,76
<b>TOTAL</b>		<b>21</b>	<b>100,0%</b>

**Fonte:** Avaliação quadrienal da CAPES (2017).

Analisando os dados da Tabela 2, verifica-se que dos vinte e um programas de pós-graduação, (3) tem o conceito 7, o que equivale a 14,28% do total; (5) programas tem o conceito 6, equivalendo a 23,81%; (8) tem o conceito 5, o que representa 38,10% do total; (4) programas tem o conceito 4, e apenas (1) tem conceito 3. Considerando apenas os três maiores conceitos (7, 6 e 5) que perfazem 76,19% das publicações, pode-se concluir que os programas de pós-graduação têm um alto nível de qualidade segundo a avaliação da CAPES.

### **Gênero dos Autores**

O perfil dos autores das 28 teses e dissertações, quanto ao gênero, pode ser verificado no Gráfico 4.



Fonte: Elaborado pelos autores (2017)

A partir dos dados do Gráfico 4 pode-se observar que há um equilíbrio quanto ao gênero dos autores das 28 teses e dissertações, pois em relação à quantidade de publicações 14 (50,0%) são do gênero masculino e 14 (50,0%) são do gênero feminino.

### **Vinculação das publicações às IES, por região e estado.**

De forma geral, na Tabela 3 são apresentados as regiões e os estados em que estão localizadas as instituições de ensino superior onde foram defendidas as 28 teses e dissertações analisadas neste trabalho.

**Tabela 3:** Vinculação das publicações às IES, por região e estado.

REGIÃO	ESTADO	QUANTIDADE DE PUBLICAÇÕES	%
SUDESTE	São Paulo	10	35,71
	Minas Gerais	4	14,28
	Rio de Janeiro	3	10,71
SUL	Paraná	4	14,28
	Rio Grande do Sul	3	10,71
	Santa Catarina	3	10,71
NORDESTE	Pernambuco	1	3,57
<b>TOTAL</b>		<b>28</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Elaborado pelos autores (2017)

Observa-se na Tabela 3, que no estado de São Paulo estão localizadas as instituições de ensino superior que mais publicaram teses e dissertações (10), representando 35,71% do total, seguido por Minas Gerais e Paraná com (4) publicações em cada estado, perfazendo um total de 14,28% cada um; já os estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Santa Catarina publicaram (3) trabalhos cada um, o que equivale a 10,71% para cada estado; Pernambuco foi o estado que publicou apenas (1) trabalho.

Quando se analisa as regiões verifica-se que o Sudeste é responsável por 60,7% das teses e dissertação publicadas sobre o consórcio intermunicipal de saúde, a região Sul responde por 35,7% das publicações e a Nordeste por 3,57%.

Não há publicações vinculadas às instituições de ensino superior das regiões Norte e Centro-Oeste, o que pode significar que há carência de pesquisadores sobre esse assunto nessas regiões.

### **Metodologias de pesquisas utilizadas nas teses e dissertações investigadas**

Quanto à abordagem metodológica utilizada pelas teses e dissertações analisadas, identificou-se a predominância dos estudos qualitativos, uma vez que (17) publicações (60,71% do total) usaram essa abordagem.

Com relação aos tipos de procedimentos metodológicos utilizados pelos estudos analisados, observou-se a predominância do Estudo de Caso em (16) teses e dissertações, representando (57,14% do total).

Em relação às metodologias utilizadas quanto aos objetivos, verificou-se que, dentre as 28 publicações, a maior incidência (16), que representa (57,14%), apresenta um enfoque exploratório.

Quanto aos instrumentos de coleta de dados utilizados nas pesquisas estudadas, notou-se que na sua maioria (11), que representa (39,29% do total), utilizou-se como fonte de coleta de dados a Documental e a Entrevista. Em seguida vem a Documental e Questionário com (5) publicações representando (17,86%).

Verificou-se que entre os tipos de análises dos dados das teses e dissertações estudadas prevaleceu a abordagem descritiva com (15) trabalhos, o que equivale a (53,6% do total).

### **Considerações Finais**

De forma geral, conclui-se que não foram encontrados trabalhos publicados no período de 1990 a 1992, e que os resultados demonstram que o tema Consórcio Intermunicipal de Saúde foi abordado em diversos programas de Pós-graduação em várias áreas do conhecimento de avaliação da CAPES. Como sustentação para tal conclusão verifica-se que foram encontradas 28 teses e dissertações publicadas em 18 áreas diferentes, com destaque para a área da Saúde Coletiva, com 7 publicações, representando 25% do total das teses e dissertações.

A instituição de ensino superior que mais publicou sobre o tema foi a Universidade Estadual de Londrina (UEL), onde o programa de pós-graduação em Saúde Coletiva publicou 3 dissertações e 1 tese. Há de se destacar que Sônia Cristina Stefano Nicoletto trabalhou a temática do Consórcio Intermunicipal de Saúde em duas publicações, em 2002 na dissertação e em 2015 na tese, ambas na (UEL). São Paulo foi o estado onde mais se publicou (10), sendo 35,71% do total e a região sudeste teve a maior quantidade de publicação, perfazendo 60,71%.

Quanto aos procedimentos metodológicos, observou-se que a maioria adotou o enfoque exploratório com a predominância dos estudos qualitativos e abordagem descritiva, através do Estudo de Caso. Na coleta de dados o procedimento mais utilizado foi a documental e a entrevista.

Nesse estudo há de se destacar que uma das principais limitações encontradas, se refere ao baixo número de publicações depositadas na BDTD sobre o tema. Outro aspecto que

se transforma em limitação é o fato das poucas publicações existentes serem de diversas áreas do conhecimento, fato que as deixam muito abrangentes e sem aprofundamento numa área específica, tornando os trabalhos muito dispersos provocando a não continuidade dos trabalhos publicados.

Considerando os resultados e as conclusões apresentadas, recomenda-se para estudos futuros, novas pesquisas sobre o tema, baseando-se em outras bibliotecas de teses e dissertações como por exemplo, o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e também nos artigos publicados com base nas teses e dissertações, contribuindo dessa forma para o avanço do conhecimento na área objeto de estudo.

## Referências

AMARAL, S. M. S.; BLATT, C. R. Consórcio Intermunicipal para a aquisição de medicamentos: impacto no desabastecimento e no custo. **Revista de Saúde Pública**, vol. 45, núm. 4, agosto, 2011, pp. 789-801. Universidade de São Paulo. São Paulo, Brasil.

ARAÚJO, C.A. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em Questão**. Porto Alegre, v. 12, n. 1, 2006. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/4656/465645954002/>. Acesso em: 5 Set 2017.

BATISTA, S.; et. al. **O papel dos prefeitos e das prefeitas na criação e na gestão dos consórcios públicos**. Guia dos Consórcios Públicos - Caderno; v. 1. 1. ed. Brasília, DF: Caixa Econômica Federal, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1988.

BRASIL. **Lei n. 8.080**. Brasília: Ministério da Saúde, 1990.

BRASIL. **Lei n. 8.142**. Brasília: Ministério da Saúde, 1990a.

BRASIL. **Lei nº 11.107** de 6 de abril de 2005. Dispõe sobre as normas gerais para a União, Estados e os Municípios contratarem consórcios públicos para a realização de objetivos de interesse comum e dá outras providências. Brasília, 6 de abril de 2005.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Assistência de Média e Alta Complexidade no SUS** / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. – Brasília: CONASS, 2007.

CAVALCANTE. R. **Consórcios Públicos**. Secretaria de Planejamento Gestão e do Estado do Ceará. CE. 2015. Disponível em: <<http://www.gestaodoservidor.ce.gov.br/site/images/stories/manuais/bt18.pdf>> Acesso em 09 Set 2017.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FREITAS, B. R. Estruturas, estratégias e consolidação dos consórcios intermunicipais da saúde da Zona da Mata de Minas Gerais. **Dissertação de mestrado** em Administração - Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, MG, 2014.

FREITAS, B. R.; OLIVEIRA, A. R. Avaliação dos consórcios intermunicipais de saúde da zona da mata mineira: uma análise sob a ótica dos gestores de saúde. **HOLOS**, Ano 31, Vol. 3. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/download/2701/1115>. Acesso: 26 Ago 2017.

GALINDO, J. M.; et al. Gestão interfederativa do SUS: a experiência gerencial do Consórcio Intermunicipal do Sertão do Araripe de Pernambuco. **Rev. Adm. Pública** [online]. 2014, vol.48, n.6, pp.1545-1566. ISSN 0034-7612. <http://dx.doi.org/10.1590/0034-76121478>.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LIMA, A. P. G. Os Consórcios Intermunicipais de Saúde e o Sistema Único de Saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.16, n. 4, p.985-996, out-dez 2000. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v16n4/3602.pdf>>. Acesso em: 21 Set. 2017.

MORETTI, S. L. A.; CAMPANARIO, M. A. A Produção Intelectual Brasileira em Responsabilidade Social Empresarial – RSE sob a Ótica da Bibliometria. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 13, edição especial, p. 68-86, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rac/v17n3/a07v17n3>. Acesso em: 12 Set 2017.

NEVES, L. A. S. Consórcio intermunicipal de saúde da região de Penápolis (SP): elementos da cooperação política. **Dissertação de mestrado** em Saúde Pública Políticas Públicas e Saúde. Escola Nacional de Saúde Pública – Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2001.

NEVES, L. A.; RIBEIRO, J. M. Consórcios de saúde: estudo de caso exitoso. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 22 (10): 2207-2217, out, 2006.

PEIXE, B. C. S.; FILHO, C. R.; PASSOS, G. A. **Governança pública e accountability**: uma análise bibliométrica das publicações científicas nacionais e internacionais. XVI Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.congressosp.fipecafi.org/anais/artigos162016/124.pdf>. Acesso em: 25 Set 2017.

PIZZANI, L.; *et al.* Um estudo bibliométrico da produção científica: a interface entre a educação especial e a fonoaudiologia nas bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). **Distúrb Comun**, São Paulo, 20(2): 205-218, agosto, 2008.

POLIT, D. F.; BECK, C. T.; HUNGLER, B. P. **Fundamentos de pesquisa em enfermagem: métodos, avaliação e utilização**. Trad. de Ana Thorell. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PRATES, A. Os consórcios intermunicipais no Brasil: aspectos legais e modelos de consorciamento. **Revista Científica Semana Acadêmica**. Fortaleza, ano MMXV, nº. 000073, 01/10/2015. Disponível em: <http://semanaacademica.org.br/artigo/os-consorcios-intermunicipais-no-brasil-aspectos-legais-e-modelos-de-consorciamento>. Acesso em: 15 Set. 2017.

QUEVEDO-SILVA, F., ALMEIDA SANTOS, E., BRANDÃO, M., VILS, L.. Estudo Bibliométrico: Orientações sobre sua Aplicação. **Revista Brasileira de Marketing** e-ISSN:2177-5184, 15, jun. 2016. Disponível em: <http://www.revistabrasileira-marketing.org/ojs-2.2.4/index.php/remark/article/view/3274>. Acesso em: 24 Set. 2017.

RIBEIRO, H. C. M. Análise das pesquisas sobre auditoria publicadas em periódicos brasileiros. *Advances in Scientific and Applied Accounting*. São Paulo, v.8, n.1, p. 088 - 112, Jan. / Abr. de 2015. Disponível em: <http://asaa.anpcont.org.br/index.php/asaa/article/view/210>. Acesso em: 15 Out 2017.

ROCHA, A. V. F. Consórcios Intermunicipais: complemento para a municipalização da Saúde no Brasil. Dissertação de mestrado em Economia. Universidade Federal da Bahia. Salvador: 2004.

ROCHA, C. V.; FARIA, C. A. P. de. **Cooperação intermunicipal, reterritorialização da gestão pública e provisão de bens e serviços sociais no Brasil contemporâneo: a experiência dos Consórcios de Saúde de Minas Gerais**. Cadernos MetrÓpole, n. 11, p. 73-105, 2004.

ROCHA, C. V. **Cooperação intergovernamental na área da saúde: uma abordagem dos Consórcios Intermunicipais em dois estados brasileiros**. Trabalho preparado para apresentação no XII Congresso da Brazilian Studies Association – BRASA: Londres, 20 a 23 de agosto de 2014. [http://www.brasa.org/wordpress/Documents/BRASA\\_XII/Proceedings/Carlos%20Vasconcelos%20Rocha%20-%20Coopera%C3%A7%C3%A3o%20intergovernamental%20na%20C3%A1rea%20da%20sa%C3%BAde.pdf](http://www.brasa.org/wordpress/Documents/BRASA_XII/Proceedings/Carlos%20Vasconcelos%20Rocha%20-%20Coopera%C3%A7%C3%A3o%20intergovernamental%20na%20C3%A1rea%20da%20sa%C3%BAde.pdf). Acesso: 15 Set 2017.

RUDIO, F. V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Petrópolis: Vozes, 1986.

SANTOS, L. **Consórcio administrativo intermunicipal: aspectos gerais, suas especificidades em relação ao Sistema Único de Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde; 2000.

TEIXEIRA, L. S.; MENEGUIN, F. **Os consórcios intermunicipais aumentam a eficiência no setor público?** 2006. Disponível em <http://www.brasil-economia-governo.org.br>. Acesso em: 10 Set 2017.



#### **Como citar este artigo (Formato ABNT):**

SILVA, Jorge Luiz dos Santos; PADOVEZE, Clovis Luis; SILVA, José Erasmo. A Produção acadêmica sobre Consórcio Intermunicipal de Saúde realizada no Brasil de 1990 a 2017: Uma Análise Bibliométrica. **Id on Line Rev.Mult. Psic.**, 2019, vol.13, n.46, p. 243-261. ISSN: 1981-1179.

Recebido: 08/06/2019

Aceito 13/06/2019